

As estratégias da meta de alfabetização do PNE 2014-2024

Valéria Silva Ferreira¹
Maria Lúcia Pickering²

Resumo: A quinta Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é relativa à alfabetização de crianças: alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. É uma meta bastante audaciosa, no que concerne à garantia de alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano escolar. Autores como Gontijo (2014), Akkari (2011) e Ball (2001) fundamentaram as análises empreendidas neste texto. Constatou-se que a Meta 5 deste PNE foca nas políticas de currículo, isso faz pensar que elas devem apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. As estratégias do PNE 2014/2024 estão vinculadas às macro políticas e serão traduzidas por aqueles que elaborarão estratégias para cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Considera-se que, sem investimento, não é possível conceber uma educação de qualidade. Sem financiamento, os programas deixam de ser eficientes. Na prática, é nas escolas que se percebe que, sem financiamento para educação, os professores ficam reféns dos discursos políticos e da avaliação excludente, e são apontados como os únicos culpados pelo fracasso escolar.

Palavras Chave: Alfabetização, políticas de alfabetização, Meta 5 do PNE 2014/2024.

Abstract: The fifth goal of the National Plan of Education (known as PNE) 2014-2024 is related to children's literacy: to teach all children until the end of the third year of Elementary School. It is a very audacious goal in ensuring literacy for all children by the end of the third school year. Authors such as Gontijo (2014), Akkari (2011) and Ball (2001) substantiated the analysis undertaken in this text. It was found that goal # 5 of this PNE focuses on curriculum policies, this suggests that they should support the implementation of the National Common Curricular Base. The strategies of PNE 2014/2024 are linked to the macro policies and will be translated by those who will elaborate strategies to fulfill the goals established in the National Plan of Education. It is considered that, without investment, it is not possible to design a quality education. Without funding, programs are no longer efficient. In practice, it is in schools that it is perceived that without funding for education teachers are held hostage to political discourses and exclusionary evaluation and are pointed out as the sole culprits for school failure.

Keywords: Literacy, literacy policies, Goal # 5 of PNE 2014/2024.

¹. Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Itajaí. Doutora em Educação pela PUC-SP, líder do Grupo de Pesquisa Contextos da educação da criança.

². Professora alfabetizadora da Rede Municipal de Itajaí. Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Contextos da educação da criança.

1. Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE) configura-se uma política de Estado no Brasil. Como tal, o PNE transcende mandatos governamentais, o que o transforma em um compromisso em longo prazo. Em consonância com o PNE, acontece a formulação dos Planos Municipais de Educação (PME). O PME representa uma micropolítica; no entanto, ele não deve ser visto com menos importância, pois sua elaboração traduz a vontade e as necessidades locais. Dessa forma, a participação da sociedade civil, pautada na gestão democrática, é fundamental para que se reproduza tudo aquilo que a comunidade educacional anseia.

A quinta Meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024 é relativa à alfabetização de crianças: “[...] alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2014, p. 3). É uma meta bastante audaciosa, no que concerne à garantia de alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano escolar. Garantir a alfabetização de todos significa adotar estratégias eficientes de trabalho, tanto no que se refere ao trabalho do professor quanto à capacidade da instituição escolar de gerir e respaldar esse trabalho, e, sobretudo, de compreender como se dá o processo da alfabetização. Significa, ainda, que as estratégias adotadas precisam ser eficientes para todas as crianças, independentemente da variedade de contexto histórico-social, psicológico e do “ritmo” de aprendizagem de cada indivíduo. Isso posto, percebe-se que a alfabetização das crianças tem representado um desafio imenso para os educadores, para as escolas e para o país. Nesse sentido, as estratégias do PNE elaboradas devem, em seu conjunto, contribuir para o alcance da Meta estabelecida, de modo que as estratégias pensadas para a Meta 5 cooperem para que todas as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 3º ano do Ensino Fundamental.

Assim sendo, este artigo trata das estratégias do PNE para a Meta 5, as quais serviram de base para a formulação das estratégias apresentadas pelos municípios em seus Planos Municipais de Educação 2015/2024. Além disso, mostraremos o acompanhamento das estratégias da Meta 5 do atual PNE brasileiro.

2. A Meta 5 do PNE 2014/2014

Diferentes tipos de políticas educacionais, incorporadas às estratégias, atuam de modo a apoiar as ações entendidas como necessárias para o cumprimento da Meta. Tais políticas atendem não somente às demandas educacionais nacionais, mas também às necessidades educacionais internacionais, como nos compromissos firmados em Jomtien e em Dakar, por exemplo. Segundo Akkari (2011, p. 17): “Independente[mente] do país considerado, as políticas nacionais de Educação não podem mais ser concebidas e implementadas sem considerar os debates internacionais”. Por ser um desafio ainda longe de ser superado, a alfabetização vem fazendo parte do amplo debate da sociedade mundial há algum tempo. Ao fim da década de 1980, a UNESCO declara 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização. Ferreiro (2001, p. 8-9) explica que

[...] 1990 inicia-se com uma novidade: não somente os organismos internacionais tradicionalmente vinculados à educação (Unesco, Unicef) inauguram a década da alfabetização e da educação básica, mas também o Banco Mundial decide investir na educação básica e incidir sobre as políticas dos governos.

Para confirmar o exposto por Ferreiro (2001) a respeito do interesse do Banco Mundial nas políticas educacionais, Akkari (2011, p. 31) reafirma:

Recentemente, esta mesma organização implicou-se, a partir da Conferência de Jomtien em 1990, na promoção da alfabetização e no acesso à Educação Básica nos países emergentes. A Conferência de Dakar, em 2000, intensificou e reforçou o lugar do Banco Mundial na orientação das políticas educacionais internacionais.

Gontijo (2014) reforça que a alfabetização deve ser vista como elemento essencial das políticas educacionais em todo o mundo, incluindo o Brasil. Para a autora,

[...] a centralidade da alfabetização está ligada ao fracasso das políticas mundiais em garantir a diminuição dos índices de analfabetismo entre a população adulta. Há também o fato de que, mesmo que o acesso à escola tenha sido democratizado em muitas regiões do mundo, a qualidade da educação – e principalmente a da alfabetização oferecida aos estudantes – não é suficiente para que se adquiram condições para continuar aprendendo. Além disso, a alfabetização é vista como um importante anunciador dos níveis de desenvolvimento, de diminuição das desigualdades sociais e de pobreza. (GONTIJO, 2014, p. 11).

Por essa razão, a alfabetização, o aumento do analfabetismo e o acesso à escola são vistos como indicadores de pobreza e de subdesenvolvimento. Para a autora, “[...] a alfabetização precisa tornar-se um elemento fundamental para a libertação e mudança social” (GONTIJO, 2014, p. 14).

Na busca por resultados satisfatórios, muitos países, incluindo o Brasil, vêm buscando alternativas para enfrentar a crise de desempenho dos estudantes na educação. Para Akkari (2011), a educação está no centro das tensões entre o global e o local, e com a globalização, tornou-se comum compartilhar sistemas educacionais que aparentemente funcionam. Nessa perspectiva, Ball (2001, p. 102) afirma que:

A criação das políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de “bricolagem”; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de ideias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar.

Ball (2001, p.102) ainda ressalta que essas políticas frágeis tendem a falhar justamente porque resultam de acordos, podendo ou não funcionar, e que, em sua maioria, “[...] são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriadas no contexto da prática”. O interesse em padronizar e reestruturar o currículo é uma demonstração dessa adoção de modelos educacionais internacionais. Nessa perspectiva, Akkari (2011, p. 23) adverte que:

No campo das políticas educacionais, a globalização pode ter significados diferentes e às vezes contraditórios. Por um lado, a globalização, para alguns, pode produzir a ilusão de que existem algumas receitas universais que funcionam em todos os sistemas educacionais. Por outro lado, a globalização torna possível empréstimos em matéria de inovações educacionais e permite a circulação de ideias pedagógicas nunca vistas antes.

Portanto, por mais que um modelo educacional demonstre sucesso em sua aplicação, o contexto local deve ser considerado, pois “[...] cada contexto apresenta suas especificidades em matéria de Educação para além da pressão crescente das tendências globalizantes” (AKKARI, 2011, p. 24). Assim sendo, a garantia da alfabetização não deve ser diferente. Mesmo ao considerarmos a realidade do Brasil, ainda encontraremos necessidades específicas em cada região, em cada estado ou em cada município do nosso país.

A integração dos Planos vem para abranger tais especificidades. Mesmo em consonância com o PNE, tanto os Planos Estaduais quanto os Planos Municipais devem atender às suas demandas específicas. O PNE 2014-2024 representa o resultado dos debates realizados durante a sua elaboração, baseados, porém, na realidade de uma macro política. Como política macro, está baseado nas necessidades nacionais e também adequado às exigências e acordos internacionais. O Quadro 1 que segue relaciona cada estratégia da Meta 5 ao tipo de política educacional à qual está associada.

Quadro 1 - Meta 5 do PNE 2014/2014: estratégia e tipo de política

META 5 DO PNE 2014/2014:		
Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.		
Estratégia	Descrição da estratégia	Tipo de política
5.1	Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.	Currículo
5.2	Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental.	Currículo
5.3	Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e de propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.	Currículo

5.4	Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	Currículo
5.5	Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.	Permanência
5.6	Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.	Qualidade da prática docente
5.7	Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Permanência

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Brasil (2014).

Ao observarmos o Quadro 1, fica evidente que a Meta 5 tem o foco nas políticas de currículo. O currículo abrange uma multiplicidade de realidades e de contextos, sociais, econômicos e políticos, e procura regular maneiras de atingir-se a qualidade na educação. “Ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, [...] pois dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes” (SACRISTÁN, 2013, p. 20). Nessas regras, abrangem-se classe, grau, método, o que e como ensinar, além da gestão, que tem sido o foco do dispositivo em uma visão gerencialista. Para o mesmo autor: “O currículo pode ser visto como um objeto que cria em torno de si campos de ação diversos, nos quais múltiplos agentes e forças se expressam em sua configuração, incidindo sobre aspectos distintos” (SACRISTÁN, 2000, p. 101). Esse campo de ação em torno da alfabetização, na Meta 5 por exemplo, abrange os processos pedagógicos, a diversidade de métodos, as tecnologias educacionais e a avaliação como forma de monitoramento de resultados.

Por se tratar de uma meta voltada às políticas de currículo, pouco se comprometeu com a garantia de permanência para grupos de pessoas consideradas como uma minoria, com a formação de professores alfabetizadores e com o apoio à inclusão de pessoas com deficiência.

Apesar de o currículo ser uma ferramenta importante para a melhoria da qualidade na educação, pensamos que os financiamentos e os investimentos são essenciais para que as políticas educacionais se fortaleçam. Nesse sentido, ao analisarmos o andamento das estratégias da Meta 5 no país, verificamos que o pouco investimento em educação tem comprometido os resultados da alfabetização.

Verificaremos, a seguir, de que forma a Meta 5 tem sido monitorada e quais os resultados apresentados até o presente momento.

3. O acompanhamento da Meta 5 do PNE 2014-2024

A Meta 5 do PNE 2014-2024, que é específica para a alfabetização, possui dispositivos de controle que pretendem acompanhar o segmento das atividades realizadas e os seus resultados. O Observatório³ do PNE realiza um acompanhamento constantemente atualizado das estratégias de cada meta, tanto em âmbito nacional quanto local. A alfabetização não ficou longe do cenário mundial e o conceito de performatividade também vem se fazendo presente nessa área do ensino.

Mais do que somente uma estrutura de vigilância, há, na verdade, um fluxo de performatividades contínuas e importantes, isto é, um espetáculo. O que está em jogo não é a possível certeza de ser sempre vigiado, tal como no clássico panóptico, e sim a certeza e a instabilidade de ser avaliado de diferentes maneiras, por diferentes meios e por distintos agentes; é o “surgimento” do desempenho, da *performance* – o fluxo de exigências que mudam, expectativas e indicadores que nos fazem continuamente responsabilizados e constantemente vigiados [...]. (BALL, 2001, p. 110, grifo do autor).

A cultura de desempenho, de *performance*, vem se configurando no sistema educacional neoliberal como um novo panóptico⁴. Para Ball (2001, p. 105): “O estabelecimento de uma nova cultura de desempenho competitivo envolve o uso de uma combinação de devolução, objetivos e incentivos de forma a gerar uma reconfiguração institucional”. No caso da alfabetização, o desempenho dos envolvidos é medido por meio de avaliações nacionais como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Provinha Brasil, de dados coletados em monitoramentos direcionados aos gestores, de dados fornecidos pelos formadores e pelos professores alfabetizadores acompanhados pelo atual Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa- o PNAIC.

No Quadro 2 a seguir, podemos verificar como o monitoramento e o acompanhamento de cada estratégia da Meta 5, no cenário nacional, promovido pela plataforma virtual do Observatório⁵ do PNE 2014-2014, têm sido registrados.

³ “[...] o Observatório do PNE é uma plataforma de advocacy pelo Plano Nacional de Educação que conta com um site (www.opne.org.br), que traz indicadores de monitoramento das metas e estratégias do plano, além de análises, estudos e pesquisas sobre políticas públicas educacionais”. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁴ A arquitetura do Panóptico pode ser conferida em sua obra *Vigiar e Punir*, com primeira publicação em 1975.

⁵ “Levantamento realizado pelo consultor Ricardo Martins, em 2015, sob encomenda do OPNE. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/5-alfabetizacao/estrategias/5-1-articulacao-do-ensino-fundamental-com-a-pre-escola>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Quadro 2 - Acompanhamento da Meta 5 do PNE 2014/2014

Fonte: Elaborado e editado pelas autoras com base em Observatório do PNE (2017).

<p align="center">Acompanhamento da Meta 5 do PNE 2014/2014: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.</p>		
Estratégias	<p align="center">Status fornecido pelo Observatório do PNE Atualizado em outubro de 2017</p>	
	Contexto	Painel
<p>5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.</p>	<p>As ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC pretendem estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, embora não esteja evidente a articulação com as estratégias desenvolvidas na pré-escola. Lançado pelo Governo Federal em 2012, o Pacto prevê apoio técnico e financeiro para desenvolver ações que promovam a alfabetização das crianças até os 8 anos de idade. O Pacto prevê a elaboração e distribuição de materiais didáticos, formação de professores e a realização de avaliações nacionais, a cargo do Ministério da Educação, por intermédio do INEP. As universidades federais estão encarregadas de oferecer curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, baseado no Programa Pró-Letramento, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os professores alfabetizadores são conduzidos por orientadores de estudo, professores das redes, que farão um curso específico, com 200 horas de duração por ano, ministrado por universidades públicas. Além da iniciativa do MEC, é preciso ressaltar o esforço das redes de ensino, em especial, dos municípios, que demandarão da União apoio técnico e financeiro. Uma ressalva importante é em relação à não divulgação dos resultados do PNAIC, bem como à realização de avaliação da formação.</p>	<p>Estratégia em andamento. Resultados do PNAIC não divulgados.</p>
<p>5.2 Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.</p> <p>5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.</p>	<p>Já foi realizada, em 2013 e 2014, a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, pelo INEP/MEC. Em 2015, a avaliação não foi aplicada. O estímulo ao monitoramento e a implementação de medidas pedagógicas estão previstos no âmbito das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC.</p> <p>A seleção, certificação e divulgação de tecnologias para a alfabetização, contemplando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas não é uma marca do programa Federal voltado para essa política. Pela abrangência do programa, não parece haver espaço ou previsão para essa diversidade. Um instrumento importante é o Guia de Tecnologias Educacionais (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9909-guias-tecnologias-2011-12&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192), desenvolvido pelo MEC, embora haja ferramentas com concepções diferentes de alfabetização.</p>	<p>Estratégia realizada, considerando a aplicação da ANA, que deixou de ser anual (será aplicada bianualmente).</p> <p>Estratégia em andamento. Resultados do PNAIC não divulgados.</p>

<p>5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.</p>	<p>Essa estratégia está fortemente relacionada com a anterior. Não aparecem políticas que proporcionem a divulgação e o intercâmbio de experiências diversificadas. O programa, de âmbito nacional, tende à padronização.</p>	<p>Estratégia em andamento. Resultados do PNAIC não divulgados.</p>
<p>5.5 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.</p>	<p>O Pronacampo apoia a elaboração de material didático específico para a população do campo e a formação docente, como o Saberes da Terra. No entanto, não se encontram, na divulgação dos programas federais de apoio à educação no campo, indígena e quilombola, referências à produção de materiais didáticos específicos para a alfabetização das crianças dessas populações, ainda que todos reportem o apoio genérico à elaboração desses materiais, sem precisar o foco do nível de escolarização.</p>	<p>A porcentagem atual de escolas indígenas que ministram aulas utilizando língua indígena foi de 67 % em 2014</p>
<p>5.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.</p>	<p>Nessa estratégia, propõe-se incentivar a formação dos professores responsáveis pela alfabetização das crianças. Como a Meta 5 almeja alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental, então será acompanhada a formação dos professores dessa etapa.</p>	<p>Segundo dados de 2013, 72,6% de professores dos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental possuem Superior Completo e Pós-Graduação</p>
<p>5.7 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.</p>	<p>Não há registro de informações sobre a alfabetização de pessoas com deficiência ou bilíngue para pessoas surdas, embora os estudantes com deficiência sejam avaliados pelo SAEB (Prova Brasil, ANA e ANEB⁶). Além disso, é preciso avançar para que esses estudantes não sejam excluídos no momento da aplicação das provas, seja porque são “orientados” por professores e gestores a não participar do exame, seja porque não são asseguradas as condições de acessibilidade nas provas, com textos e imagens ampliadas, presença de tradutor-intérprete durante a aplicação, entre outros recursos.</p>	<p>Estratégia não realizada. Não há registro de informações sobre o tema da estratégia, nem levantamento disponível.</p>

Podemos perceber que muitas estratégias estão longe de apresentarem resultados satisfatórios, outras ainda nem apresentam dados que possam ser monitorados. Das sete estratégias, cinco estão vinculadas ao PNAIC, ou seja, o Governo acredita que apenas um programa (que nem tem sido levado a sério pelos governantes, dada a sua instabilidade de implementação a cada ano) poderá abranger

⁶ A Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB utiliza os mesmos instrumentos da Prova Brasil/Anesc e é aplicado com a mesma periodicidade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-aneb>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

as estratégias de uma meta tão importante. Quanto às outras duas estratégias, que contemplam a alfabetização de grupos pertencentes a uma minoria (crianças indígenas, quilombolas, populações itinerantes e com deficiências), segundo o Observatório do PNE (2017), que é o órgão que vem acompanhando a execução dessas estratégias, nem sequer existem dados, referência de política pública ou de materiais específicos que atendam a esse público. Além disso, o Pronacampo⁷, que é um programa que contempla a formação dos alunos e dos professores do campo, não apresentou a plataforma informações ou dados relevantes para um monitoramento.

Ao refletirmos sobre os dados expostos pelo Observatório, resultantes de um acompanhamento dos programas destinados à alfabetização de crianças, podemos observar que a qualidade do ensino no Brasil ainda é um grande desafio. Sem investimento não é possível conceber uma educação de qualidade. Sem financiamento, os programas deixam de ser eficientes. Ao falar sobre a quantidade de analfabetos no Brasil, entre jovens e adultos, Gontijo (2014) reforça a necessidade do investimento em políticas públicas. Para a autora a qualidade está em alfabetizar para compreender e agir criticamente a partir dos conhecimentos aprendidos.

4. Considerações finais

Constatamos que a Meta 5 do PNE 2014-2024 apresenta um foco nas políticas de currículo, isto nos faz pensar que elas devem apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. O Brasil vem seguindo os modelos internacionais da cultura do desempenho, induzindo e valorizando a avaliação e o acompanhamento dos resultados. A permanência dos alunos não é, assim, prioridade. Apesar de a permanência envolver diferentes fatores, as estratégias desse PNE tratam exclusivamente da alfabetização dos integrantes das camadas excluídas da sociedade. Garantir o acesso dessas crianças à escola é apenas o início de um desafio. Não basta estar dentro da escola; sua permanência depende da qualidade do que lhes é ofertado. Os excluídos continuam sendo excluídos, por meio do currículo e dos discursos presentes na escola.

A qualidade da prática docente é mínima e genérica. Apesar do discurso de que a qualidade da prática docente pode ser o caminho encontrado para solucionar os problemas enfrentados pela alfabetização, poucos são os investimentos nesse sentido.

As estratégias do PNE 2014/2024 estão vinculadas às macro políticas e serão traduzidas por aqueles que elaborarão estratégias para cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. É no âmbito das micropolíticas que se efetivarão, ou não, as metas do Plano Nacional. Na prática, nas escolas, percebemos que, sem financiamento para a educação, os professores ficam reféns dos discursos políticos e da avaliação excludente, e são, ainda, apontados como os únicos culpados pelo fracasso escolar.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafio**. Petrópolis: Vozes, 2011.

⁷ Criado por meio do Decreto Nº 7.352/2010. Disponível em: <<http://pronacampo.mec.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014a. Seção 1, n. 120-A, edição extra, p. 1-7.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. Tradução Maria Zilda da Cunha Lopes; retradução e cotejo de textos Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **5 – Alfabetização**. 2017. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/5-alfabetizacao/estrategias>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

Recebido para publicação em 16-08-18; aceito em 17-09-18